

## Dissertação-modelo

### Caminhos para acabar com a corrupção e fortalecer a democracia brasileira

A corrupção no Brasil manifestada, em especial, pela apropriação indevida de recursos públicos, é um dos principais obstáculos ao desenvolvimento socioeconômico e ao fortalecimento da democracia no país. Essa prática ilícita, enraizada tanto no tecido social quanto no político, arruína a confiança da população nas instituições, além de afastar os cidadãos da participação política. Mostras endêmicas de corrupção refletem a necessidade urgente de tomada de consciência e de mudanças estruturais.

Em 2023, dos 180 sob análise, o Brasil ocupou o 94º lugar no ranking mundial da corrupção, conforme registros do Índice de Percepção da Corrupção (IPC) da Transparência Internacional. Para alterar esse panorama, é preciso adotar uma série de medidas que envolvem a reforma de sistemas, a educação para a cidadania e a responsabilização efetiva. Em primeiro lugar, a reforma dos sistemas político e eleitoral é crucial para fechar as brechas que permitem a perpetuação da corrupção. Isso inclui o financiamento transparente de campanhas, a proibição do foro privilegiado em casos de corrupção e a implementação de mecanismos que garantam maior rastreabilidade e controle dos gastos públicos.

Nesse sentido, no Brasil, a promulgação da Lei da Ficha Limpa, em 2010 – fruto de uma iniciativa popular, que impede a candidatura de políticos condenados por crimes em instâncias superiores – foi um marco na luta contra a corrupção e um exemplo de participação direta da sociedade na construção de um sistema político mais íntegro. Mas isso ainda não foi o bastante – é preciso, ainda, fortalecer as instituições de controle e fiscalização, como o Ministério Público e os Tribunais de Contas, conferindo-lhes autonomia e recursos para investigar e punir com celeridade e eficácia. Outrossim, a atuação da mídia, livre e independente, é fundamental para a publicidade de práticas governamentais, as quais devem ser pautadas pela transparência e pela honestidade.

A educação para a cidadania é outro pilar essencial; a formação crítica desde a escola básica deve incentivar o entendimento dos direitos e deveres dos cidadãos, bem como a importância da participação ativa na sociedade. Isso prepara terreno para uma sociedade mais consciente e menos tolerante com as práticas corruptas. Por fim, é premente a criação de uma cultura de integridade e ética, tanto no setor público quanto no privado. Campanhas de conscientização e a valorização de comportamentos éticos podem contribuir para que os cidadãos não apenas exijam atitudes corretas, como também ajam corretamente.

*Por Gislaine Buosi*